



3.<sup>a</sup> Secção  
Revoluções, Expansionismo,  
Impérios

**IV Congresso  
Histórico de  
Guimarães**

*Do Absolutismo  
ao Liberalismo*

2009

# **Das reformas militares de 1806 aos modelos de organização de 1834**

Nuno Lemos Pires

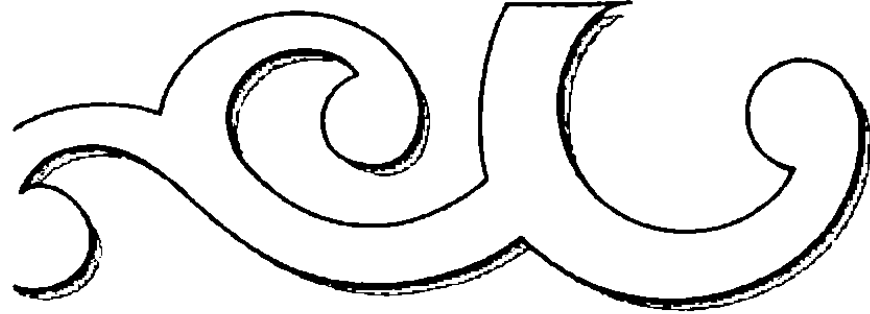


Este texto destina-se a ser suporte da apresentação para o IV Congresso Histórico de Guimarães  
- Do Absolutismo ao Liberalismo

231

Foi nossa intenção escrever concretamente sobre os aspectos militares e não enquadrar o tema, em profundidade, nas possíveis vertentes política, social ou económica.

*As reformas militares neste período não reflectem a passagem de um modelo de Exército Absolutista para um de cariz Liberal mas, antes, da análise destas reformas e das “tentativas falhadas” de reformas, é possível inferir sobre os efeitos da conturbada passagem do absolutismo para o liberalismo e o porquê dos paradigmas assumidos. De uma forma talvez demasiadamente simplista arriscaríamos dizer que a evolução natural das Forças Armadas portuguesas culminariam na prevista reforma de 1806 e os modelos de organização de 1834 representaram a ruptura social e estrutural, tributária da sangrenta confrontação da guerra civil portuguesa. A primeira não se realizou; a segunda seria sistematicamente alterada. Pelo meio, temos um processo manipulado, desviado, adulterado pelas sucessivas influências externas e internas em que as Forças Armadas foram motor, reflexo, causa e salvação de muitos dos momentos vividos. Falar desta época sem referir as Forças Armadas dá-nos tão só uma visão truncada. Por outro lado, falar das Forças Armadas como um organismo isolado da restante sociedade seria profundamente redutor.*



## Breves antecedentes e Idiosincrasias

As reorganizações sucessivas do instrumento militar do Reino não obedece a nenhum padrão e muito menos podemos inferir uma estratégia estrutural consolidada. O que geralmente podemos encontrar nas diversas reestruturações da nossa Marinha e Exército são reformas impostas pela necessidade de adaptar os meios existentes aos conflitos emergentes. “*Terminada a guerra, Deus é esquecido e o soldado desprezado*”.

Não foi acidental o uso da expressão “adaptar os meios existentes” porque, tratando-se de reformas “conjunturais” e muito próximas da necessidade do seu completo empenhamento, as reestruturações profundas, com aquisição e substituição de meios de acordo com uma estratégia estrutural a longo prazo, tradicionalmente, quase nunca existiu em Portugal. Tradicionalmente também, foram as gigantescas reformas “em papel” que culminaram quase sempre no verdadeiro resultado visível – Os Regimentos mudavam as designações de números para nomes (ou vice-versa – de acordo com a anterior) e implementava-se um novo regulamento de música e uniformes<sup>1</sup>.

No entanto, em determinados períodos da nossa história, essas reformas foram feitas e existem alguns factores que “idiosincriticamente” distinguem as nossas Forças Armadas de outras na Europa de então.

Não é o objectivo desta apresentação fazer essa análise mas, para verdadeiramente entendermos o alcance das reformas no aparelho militar entre 1806 e 1834, temos que entender o que enformou o espírito das mesmas<sup>2</sup>.

Para além das necessárias evoluções no mundo social e tecnológico, temos em Portugal um Exército que sempre foi mais do que apenas um Exército de manobra, pequeno e profissional. Em Portugal existem pelo menos 4 factores que sempre condicionaram, de uma forma positiva, o uso da força:

1. O Exército do Rei
2. As Milícias e Ordenanças
3. A “nação em armas”
4. A Aliança Luso-Britânica

---

<sup>1</sup> “Organizar um Exército não consiste em lhe mudar a cor à gola, o número à barretina, e a terra qua há-de ser a sua praça permanente...” Diário do Governo n.º 206, 31 de Agosto de 1840, in MARQUES, Fernando Pereira. EXÉRCITO, MUDANÇA E MODERNIZAÇÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, p. 329.

<sup>2</sup> Ver um estudo mais exaustivo sobre estas características em: Pires, Nuno Lemos, Os exércitos não se improvisam, Revista Militar, 2005.



Muito brevemente explicamos cada um dos factores:

233

Começamos pelo **Exército do Rei** e recuemos até à Idade Média. Importa clarificar que a estrutura da “hoste régia” portuguesa dos finais da Idade Média nada se relaciona com os conceitos de Exércitos permanentes e profissionais de hoje<sup>3</sup>. Só na segunda metade do século XV é que despontou esta realidade. A hoste do rei medieval era o resultado da congregação de uma série de parcelas com elevado grau de autonomia<sup>4</sup> e era sempre um Exército provisório porque não se podiam afastar as pessoas dos campos e sustentá-las por muitas semanas.

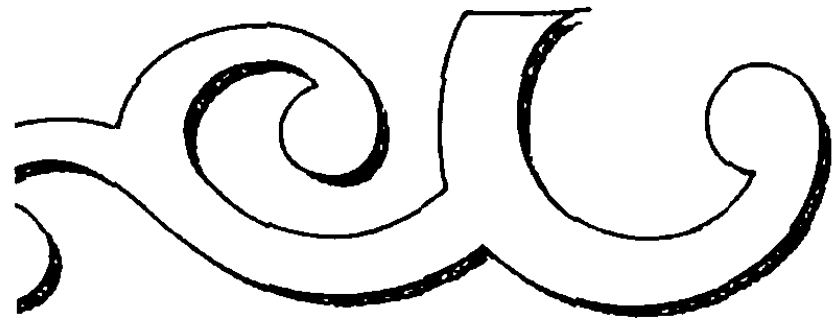
Esta estrutura base, com algumas diferenças desde a fundação do Reino no século XII até à segunda metade do século XV<sup>5</sup>, criou uma identidade nacional fortemente ligada ao seu Exército – o do Rei de Portugal, ao contrário do que se passava na generalidade da Europa com pequenos Exércitos privados ao serviço de grandes senhores (tipo feudo-vassálico). Tal estrutura criou formas e meios de mobilização organizados no todo nacional que várias vezes se provou de uma eficácia tremenda na defesa de Portugal. “*No Exército medieval português, o serviço militar era, não só um dever (principalmente para os nobres e clero que compensava certos privilégios), mas também um direito a exercer por quem ascendia a um estatuto de liberdade relativamente aos nobres, colocando-se na dependência do Rei (o que significava o seu eventual apoio contra os nobres), como era o caso das tropas dos concelhos. Era um verdadeiro sistema serviço militar obrigatório, sobretudo colectivo*”<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Fonte: Monteiro, João Gouveia, **A GUERRA EM PORTUGAL NOS FINAIS DA IDADE MÉDIA**. Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

<sup>4</sup> A Guarda do Rei, a nobreza, as ordens militares, O recrutamento concelhio (Aquantados e Besteiros), Mercenários, homiziados, etc.

<sup>5</sup> Quando foram criadas as Companhias da “Grande Ordenança” por Carlos VII de França, consideradas a primeira grande experiência europeia a este nível (in MONTEIRO, João Gouveia, **ALJUBARROTA – A Batalha Real**. Lisboa, Prefácio. **BATALHAS DE PORTUGAL**, 2002, p. 62).

<sup>6</sup> Vieira, Belchior, **RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO MILITARES (textos de apoio)**, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999, p. TA 2-2.



Uma das habituais confusões que muitos historiadores fazem sobre o Exército Português especialmente durante as Guerras peninsulares é compararem as Milícias<sup>7</sup> e Ordenanças<sup>8</sup> portuguesas a guerrilheiros (“*the crucial part they played - Milícias e Ordenanças - in the all-important draft system was largely ignored, possibly because there was nothing quite like it elsewhere*”<sup>9</sup>) porque eram forças praticamente desconhecidas na Europa. Estas forças serviam três propósitos: Eram a fonte principal de recrutamento para o Exército de 1ª Linha, conduziam operações a nível regional e organizavam a defesa das praças que ocupavam. Ou seja, embora com missões distintas do Exército de 1ª Linha, garantiam profundidade ao dispositivo de defesa de Portugal e constituíam uma enorme reserva operacional e tática para um comandante em campanha<sup>10</sup>.

O conceito de “nação em armas” é muito antigo em Portugal e bastante anterior à revolução francesa. Na Regência de D. Pedro (1444) foram promulgadas as *Ordenações Afonsinas*, incluindo as ordens reais que regulamentavam a organização territorial da milícia municipal, o acontimento dos nobres e a organização dos besteiros do conto. Na reorganização efectuada por D. Sebastião, o país foi dividido em capitánias-mores e todos os homens válidos desde os 18 aos 60 anos (com algumas, usuais, excepções) deviam constituir companhias de ordenanças, e estava previsto, entre outras medidas, treinos em cada Domingo e, por ano, duas paradas e

---

<sup>7</sup> Criação das Milícias – D. Sancho I (1185-1211), fomentou a criação de autênticos “viveiros de gentes” e D. Sancho II (1223-1248) passou a estabelecer nas suas cartas forais a obrigação de serem constituídas Milícias municipais. Depois da Restauração foram reorganizadas e eram destinadas a acudir às fronteiras em situações de guerra, organizadas em terços com cerca de 600 homens. Mais tarde seriam organizadas em Regimentos.

<sup>8</sup> Criação das Ordenanças – Com D. Diniz (1277-1325) foram criados pequenos corpos militares de besteiros com os seus comandos permanentes que passam a integrar na hoste real também os “homens de ofício” ou mesterais, que não faziam parte da milícia concelhia. Surge aí pela primeira vez o termo ordenança (à ordem do Rei), a “massa militar da Nação” no dizer de Carlos Selvagem. Mas foi em 1570 que o chamado Regimento das Companhias de Ordenanças (Ordenações Sebásticas) concretizou um tipo de serviço militar obrigatório que se vai manter até ao período que estamos a estudar. O reino era dividido em vastos distritos de recrutamento (comarcas ou capitánias-mores) onde cada capitão-mor procedia ao alistamento (arrolamento) de todos os homens válidos dos 18 aos 60 anos para formar as companhias de ordenança ou bandeiras. Mais tarde foram criados terços de Ordenanças com 3.000 homens cada. Foi a partir daqui e até meados do século XIX que a partir das Ordenanças se recrutavam os homens para formar as unidades de primeira linha, sempre que fosse necessário. O seu uso em campanha estava destinado a guarnecer as praças fortes, em companhias de 240 homens cada e a servir como tropa irregular nas operações de pequena guerra, local e circunscrita, e a funcionar como depósito de recrutamento.

<sup>9</sup> Chartrand, René e Younghusband, Bill, **THE PORTUGUESE ARMY OF THE NAPOLEONIC WARS**, Osprey Military, MEN-AT-ARMS, Osford, Reino Unido, 2000, Vol. 3, p. 8 – Tradução: “O papel crucial que desempenharam as milícias e ordenanças – no desenho geral da campanha foi muito ignorado, provavelmente porque não havia até àquela data nada como estas forças na Europa”.

<sup>10</sup> Gostariamos no entanto de fazer uma ressalva: entre o período da Restauração e 1808, as ordenanças não serão aquilo a que muitos designaram da terceira linha do Exército – na verdade não serão mais do que “distritos de recrutamentos” ( Borrego, Nuno Gonçalo P., **AS ORDENANÇAS E AS MILÍCIAS EM PORTUGAL**, Vol. I, Lisboa, Guarda-Mor, 2006, p. 62) que serviam para alimentar o Exército de linha quando necessário.



alardos e mostras gerais<sup>11</sup>. Como a força armada dependia do Rei e os mecanismos estavam criados para 3 escalões de forças (com estas ou outras designações), 1.<sup>a</sup> linha, Milícias e Ordenanças, Portugal tinha permanentemente, e de forma coerentemente organizada em todo o território nacional, mecanismos de organizar a população em armas.

Por último gostaríamos de referir o papel do nosso mais antigo aliado, a Inglaterra, e recordar a importância da mais velha aliança da Europa materializada no conhecido Tratado de Windsor (1386).

Desde a fundação do nosso país que encontramos os Ingleses combatendo lado a lado com os Reis de Portugal<sup>12</sup>, desde logo na tomada de Lisboa, em 1147. O primeiro bispo da cidade recuperada para os cristãos, Gilberto de Hastings, era inglês. A Aliança foi-se consolidando ao longo dos séculos e a cooperação entre as duas forças armadas acompanhou este entendimento.

Nas guerras dos finais do século XVII e no século XVIII, foi vulgar encontrar forças inglesas e portuguesas a combater lado a lado, especialmente durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1713) e no final da guerra dos Sete Anos (1762-1763). Depois de assinada a paz entre a Espanha e França em 1795 e após a retirada do corpo expedicionário português dos Pirinéus espanhóis, a Grã-Bretanha enviou um corpo de 6.000 homens para a fronteira portuguesa. Ainda com a Grã-Bretanha, Portugal continuou nos mares a combater Napoleão.

São também os britânicos que vão apoiar a saída da família real portuguesa para o Brasil “a remarkable decision which saved the crown and, ultimately, saved Portugal”<sup>13</sup> e de imediato segurar a Madeira e ajudar a defender os Açores (como o tinham já feito em 1801 em concordância com a vontade do príncipe regente).

*“Portugal sabia a razão por que contava com o seu Quartel General na Velha Albion. Efectivamente a Inglaterra apostava nos portos seguros da vasta costa Atlântica do seu Aliado, não descurando a existência da colónia brasileira – o gigantesco mercado que convinha permanecer intacto e firme em mãos amigas.”*<sup>14</sup>

<sup>11</sup> In Marques, Fernando P, Ob. cit., p. 27.

<sup>12</sup> Com base em Windsor, Methuen e o Ultimato, Jornal EXPRESSO, Lisboa, 02/02/02.

<sup>13</sup> Chartrand, Ob. cit., p. 9 – Tradução: “Uma admirável decisão que salvou a Coroa e, por consequência, salvou Portugal”.

<sup>14</sup> Vicente, António Pedro, O TEMPO DE NAPOLEÃO EM PORTUGAL – Estudos Históricos. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 59.



Não somos ingénuos ao ponto de afirmar que esta forte ligação entre Grã-Bretanha e Portugal se deva a sentimentos de pura amizade e devoção. Mas a salvaguarda dos respectivos interesses criaram laços de permanente colaboração, com bons e maus momentos e, obviamente, com vantagens e desvantagens mas fomentaram hábitos de trabalho entre responsáveis de ambos os países sendo, nesta época, já bastante natural e rotineiro as relações da cooperação militar entre os dois países e entre as duas forças armadas.

Os vários Exércitos Anglo-portugueses criados em diversos momentos da nossa história são, por isso, um conseqüente natural desta ancestral ligação entre duas velhas nações europeias. Será normal encontrar soldados combatendo no Exército Anglo-português de Wellington que tiveram os seus pais/ avós a combater junto dos britânicos na Guerra dos Sete Anos ou os avós/ bisavós na Guerra da Sucessão de Espanha.

#### Antecedentes próximos – ou porque falha a reorganização de 1806

Demasiado tempo de paz levou a que o Exército fosse negligenciado. Em 1762 foi chamado a Portugal um general prussiano muito respeitado, o Conde de Lippe<sup>15</sup>, a quem foi atribuído o cargo de Marechal-General do Exército Português e que, comandando um Exército Luso-britânico<sup>16</sup>, teve grande sucesso durante a Guerra dos Sete Anos. Quando deixou Portugal tinha organizado “*one of the best armies in Europe*”<sup>17</sup>.

A organização dos Regimentos tinha sido refinada, modernizaram-se os regulamentos, melhorou-se o sistema de instrução e treino e o armamento evoluiu. O sistema de recrutamento, mais assente num sistema regional, permitia a existência de 21 regimentos de infantaria, 12 de cavalaria e 4 de artilharia. O alistamento dos oficiais passou a fazer-se através do Real Colégio dos Nobres, perdendo grande parte da arbitrariedade que caracterizava o processo anterior e

<sup>15</sup> A conselho da Grã Bretanha, o Marquês de Pombal recorreu à Prússia, para contratar um general que viesse comandar o Exército Português ; a escolha recaiu no Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, discípulo dilecto de Frederico. “Quando o Conde Lippe chegou, o exército português tinha por marechal de campo um tal marquês de Alvito, que nunca soube dar um tiro de espingarda nem comandar um regimento...” in Marques, Fernando Pereira. Ob. cit., p. 33.

<sup>16</sup> O efectivo à sua disposição era bastante heterogéneo: aos cerca de 7.000/8.000 britânicos de Lord Townshend (5 Reg. Infantaria, 1 Reg. Dragões e 8 Comp. Dragões), somavam-se 7.000/8.000 portugueses, perfazendo cerca de 15.000 homens para o exército de 1.ª linha, a que se somavam cerca de 20.000 homens, milícias e ordenanças que só podiam ser empregues na guarnição das praças.

<sup>17</sup> Chartrand, Ob cit, p. 7 – Tradução: “*um dos melhores Exércitos Europeus*”.



foi feito o restauro de diversas fortalezas, bem como a construção do forte da Graça em Elvas, completando o sistema defensivo das fronteiras. Embora inicialmente a isso tentado, note-se, que não só o Conde de Lippe não mudou o sistema de Milícias e Ordenanças como, admirado pela eficácia do mesmo, o recomendou para ser implementado no seu país<sup>18</sup>.

Mas a Revolução Francesa apanhou de novo um Exército negligenciado, comandado por um velho general, o Duque de Lafões e um sistema de recrutamento manchado por inúmeras injustiças nas levas de recrutas<sup>19</sup>.

O carácter expedicionário das forças armadas portuguesas foi então de novo testado e um Exército de cerca de 5.000 homens partiu para o Rossilhão, nos Pirinéus, em auxílio de Espanha na guerra contra a França<sup>20</sup> e uma expedição naval partiu para combater com a armada de Nelson<sup>21</sup>.

Em 1801, devido aos insucessos na defesa de Portugal contra a ofensiva hispano-francesa da Guerra das Laranjas, Portugal procurou novos generais estrangeiros para reorganizar o seu Exército<sup>22</sup>, mas nenhum conseguiu o que Lippe tinha conseguido e alguns dos grandes generais portugueses de então foram injustamente pouco escutados, como o Marquês de Alorna ou Gomes Freire de Andrade.

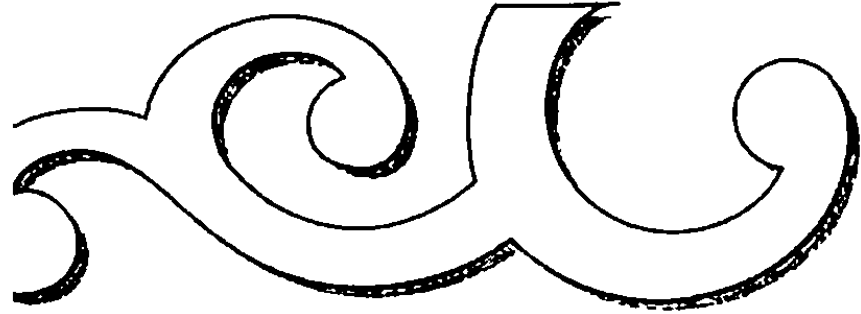
<sup>18</sup> Embora, inicialmente a sua reacção tenha sido diferente – “*Em geral não é a minha opinião favorável às milícias, porque são anfíbios meio paisanos meio militares, que não prestam bom serviço nas guerras actuais*” – observação ao M. De Pombal em 5Set1764, in Marques, Fernando Pereira, Ob. cit., p. 35 – mas como sabemos, depois de regressado à sua terra natal assistimos: “*o facto é que quando o Exército Prussiano foi recriado no ano da Guerra da Libertação, em 1813, foi organizado com base numa visão romântica da organização militar portuguesa, em que a Landwehr representava as Milícias e a Landsturm as Ordenanças*” in Borrego, Ob. cit., p. 74.

<sup>19</sup> O General Gomes Freire de Andrade, ilustre militar dessa época, condena o carácter “violento, penoso e odioso, da obrigação militar, que transforma cidadãos livres em escravos” (Ten-General Belchior Vieira, Ob. cit., p. TA 2-13).

<sup>20</sup> Composta por 5.052 homens (1 divisão a 6 Regimentos de infantaria - 4.377 homens embarcados e 1 brigada de artilharia a 8 companhias, com 22 bocas de fogo - 447 homens embarcados), comandada pelo Ten-General Forbes Skellater, um escocês que viera para Portugal durante a guerra de 1762; para além das forças de infantaria e artilharia, a legião lusitana contava ainda com o seu estado-maior, oficiais de engenharia, repartições civis (secretariado, hospital e botica, repartições de víveres e carruagens) e criados. Entre os comandantes dos regimentos figurava um oficial que se viria a notabilizar mais tarde, Gomes Freire de Andrade.

<sup>21</sup> Permaneceu em operações de 1798 até Janeiro de 1800, data do seu regresso a Lisboa, tendo prestado excelentes serviços em apoio da esquadra britânica no Mediterrâneo, cuja principal missão consistia na vigilância da esquadra francesa do VAlm François Paul Brueys D'Aigalliers que, depois de batido por Nelson, se refugiara no porto de Toulon.

<sup>22</sup> Julho de 1801 - O conde de Goltz, oficial prussiano ao serviço da Dinamarca, contratado para comandar o exército português, sob as ordens do duque de Lafões, em 1800, é nomeado comandante em chefe do Exército.



Importante referir ainda, para melhor entender o estado de espírito dos militares e avaliar o que tal significou na coesão do Exército Português, as consequências do recrutamento, em grande número, de oficiais estrangeiros durante os séculos XVII, XVIII e XIX. “Em boa verdade existiam (*em elevado número a partir da Restauração com o conhecido Schomberg*) ... *bons e maus técnicos estrangeiros ... surgiam, isso sim questões atinentes à emulação, insegurança, rivalidade e inveja por parte dos soldados portugueses que, na maior parte dos casos, se confrontavam com uma situação de subalternidade, salários mais baixos e forte dose de descrença, face à lealdade dos servidores estrangeiros*”<sup>23</sup>. Esta é uma questão que se vai entranhando no seio do Exército de forma constante até à chegada de Beresford como comandante do Exército Português. O Conde de Lippe, que nos legou preciosos contributos na reorganização do Exército, alerta, após o seu regresso à Prússia, que para o comando do Exército, “*nenhuma qualidade pode contrabalançar a de conhecer o Exército, o local, a língua, ser conhecido dos oficiais e da tropa ... é mais conveniente e útil dar o comando a um general escolhido, por assim dizer, no seu Exército...*”<sup>24</sup>.

Mas a falta de oficiais qualificados levou sempre à sua procura no estrangeiro pois “*também carecemos de um Oficial hábil que sirva de general de Artilharia, de outro capaz da direcção dos Engenheiros e...*”<sup>25</sup>. E o fraco desempenho do velho Duque de Lafões no comando supremo do Exército Português levou de novo a procurar estrangeiros para o comando nacional e esta atitude iria dividir ainda mais o Exército.

### A reorganização de 1806

Finalmente, a 19 de Maio de 1806, uma nova lei propunha grandes alterações na organização e sistema de recrutamento, especialmente com o novo regulamento de Ordenanças. Esta lei representava “*um progresso notável nas nossas instituições militares*”<sup>26</sup>, o país ficaria dividido em 3 grandes Divisões militares: norte, centro e sul, abrangendo 7 governos e 3 distritos militares. As 3 Divisões tinham 24 Brigadas de Ordenanças, cada uma com 8 capitâncias-mores e por sua vez estas divididas em 8 companhias de Ordenanças. No total, além destas Brigadas

<sup>23</sup> Vicente, Ob. cit., p. 58.

<sup>24</sup> Idem, p. 61, reproduzindo um trecho de uma carta do Conde de Lippe ao Marquês de Pombal.

<sup>25</sup> Idem, p. 65, pedido do Embaixador em Londres em 1796.

<sup>26</sup> César, Victoriano, A EVOLUÇÃO DO RECRUTAMENTO EM PORTUGAL. Revista Militar n.º 8, Agosto de 1909.



de Ordenanças, o Exército de primeira linha mantinha os 24 Regimentos de infantaria, 12 de Cavalaria e 4 de Artilharia e os Regimentos de Milícias passavam para 48.

Os Regimentos passavam a ter números em vez de se relacionarem com os nomes das povoações onde se encontravam ou com os nomes dos comandantes mais conhecidos.

Ao recenseamento obrigatório entre os 17 aos 40 anos de idade, seguia-se a inspecção e a classe anual passava a ser dividida, por sorteio em duas partes, para o Exército Activo e para as Milícias e Ordenanças.

Uma medida tomada à margem desta reorganização a 24 de Junho faz com que os cadetes, soldados aspirantes a oficiais, quando filhos de conselheiros de estado, passassem a ter como primeiro posto efectivo no exército o de Capitão. Reforçava-se assim a diferenciação entre oficiais aristocratas e oficiais não-aristocratas (o futuro marechal Saldanha será um dos oficiais a beneficiar desta medida).

O serviço compreendia 10 anos no activo e 8 nas Ordenanças ou 14 nas Milícias e 8 nas Ordenanças. Mas a primeira invasão travou a implementação completa deste sistema e as futuras decisões de Carr Beresford representaram, segundo o mesmo Ten.-Coronel Victoriano César “*um retrocesso e um aviltamento*”.

Em vésperas da invasão francesa, pelo facto de não se ter escutado as palavras de um dos mais importantes oficiais estrangeiros ao serviço de Portugal, tínhamos um Exército além de dividido e pouco coeso, descaracterizado – “*Este complexo dos sucessivos governos ... trouxe mais prejuízos que benefícios ao nosso país e, acima de tudo, onerou profundamente o sempre debilitado erário público*”<sup>27</sup>.

O “Conselho Militar”, criado em 1802 e composto por nove generais (dos mais hábeis), devido ao permanente boicote promovido pelo embaixador francês Lannes, é esquecido e as suas recomendações ficam na gaveta<sup>28</sup>. Certamente para mostrar a Napoleão as intenções pouco bélicas de Portugal o ministro António de Araújo e Azevedo resolveu reduzir as forças militares<sup>29</sup>. As novas leis de 1806 não chegam a entrar em vigor.

<sup>27</sup> Vicente, p. 73.

<sup>28</sup> Julho 1803 - Por aviso (carta oficial) de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de estado da Fazenda, e inspector da Imprensa Régia, são mandados imprimir três livros com as propostas de «Organização Provisional do Exército», «Instrução Provisional para o Comando das Divisões do Exército» e «Regulamento Provisional para as Ordenanças do Reino, e do Algarve».

<sup>29</sup> Vicente, p. 106.



Na Marinha no entanto, a situação era um pouco melhor, havia 11 naus de linha (apenas 3 não se consideravam como capazes), 9 fragatas de guerra (neste caso apenas 4 se encontravam em condições), 3 brigues e 1 escuna<sup>30</sup>.

Estava, assim, o nosso Exército diminuído, mal preparado, fracamente comandado e para cúmulo, por forma a demonstrar que aparentemente tínhamos aderido ao Bloqueio Continental decretado por Napoleão, tínhamos desguarnecido todas as praças fortes do interior e da zona da raia para reforçar a defesa da costa.

Quando Junot chegou a Lisboa ainda teve tempo para ver a esquadra do príncipe regente a sair para o Brasil a 27 de Novembro de 1807<sup>31</sup>. Napoleão não lhe irá perdoar a saída da corte e transferência da sede de poder de Lisboa para o Rio de Janeiro – capturar Lisboa não significava submeter Portugal e Napoleão sabia-o perfeitamente. A Rainha ainda reinava além-mar, em “*outra parte de Portugal*”.

Por isso Napoleão escreve a Junot dizendo-lhe que “...desarme os habitantes, despeça todas as tropas portuguesas, dê exemplos severos, mantenha uma atitude de severidade que o faça temer...”<sup>32</sup>.

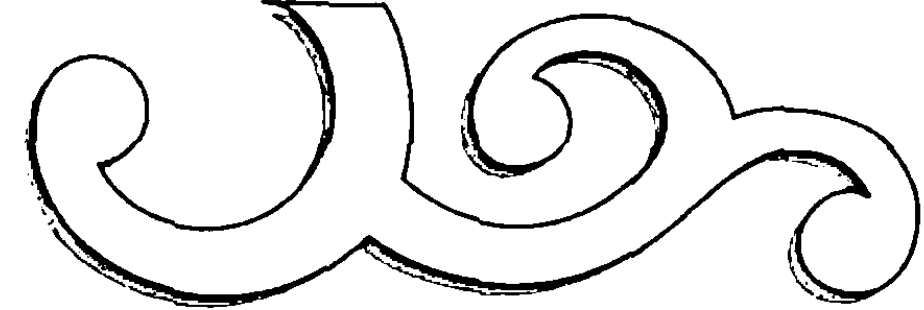
Como seria fácil de antever a ocupação francesa rapidamente passou a exercer a repressão e uma das tarefas principais do novo poder usurpador em Portugal foi o desmembrar da força armada remanescente:

- o Exército foi simplesmente desfeito por uma ordem de 22 de Dezembro de 1807 e em Janeiro do ano seguinte foi também desfeita a reserva estratégica da nação - as Milícias e Ordenanças;
- os soldados com mais de oito anos de serviço foram mandados para casa deixando as armas com os franceses (embora pudessem manter os uniformes);

<sup>30</sup> in Selvagem, Carlos, PORTUGAL MILITAR, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1931, p. 496.

<sup>31</sup> A frota compreendia 15 Navios de Guerra, o núcleo fundamental da Marinha de Guerra. Os restantes navios, em estaleiro para reparação, foram tomados pelos franceses. Para além dos 15 navios referidos partiram também 20 navios mercantes, com todos os que, sem obrigação oficial de o fazerem, quiseram acompanhar a família real o que, na prática, incluía praticamente todo o estrato superior da sociedade, que considerava fundamental o estado de morador na corte (cerca de 15.000 pessoas, acompanhadas dos bens que não queriam ver saqueados pelos franceses e que acabariam por ficar no Brasil). Em Lisboa ficou a maioria da população sem recursos para financiar uma estadia no Brasil, os militares que receberam ordens para se manter nos seus postos e os afrancesados, que viam com agrado a invasão francesa por acharem que contribuiria para a modernização do país.

<sup>32</sup> Carta de Napoleão Bonaparte a Junot, In Vicente, Ob. cit., p. 258.



- as montadas da cavalaria foram para os dragões franceses como remonta;
- dos soldados com menos tempo de serviço foram seleccionadas as melhores e mais preparadas forças do Exército Português e, comandados por ilustres militares portugueses já referidos (Marquês de Alorna, Gomes Freire de Andrade, Pamplona, etc.) num total de 9.000 homens, constituiu-se a Legião Portuguesa que foi enviada para França incluindo os poucos cavalos que não tinham sido retirados directamente pelos franceses (organizada em 16 de Janeiro de 1808, constava de 5 regimentos de infantaria, 4 de cavalaria e 1 batalhão de infantaria ligeira).

Apenas tinha ficado a Guarda Real de Polícia<sup>33</sup> por se encontrar fortemente controlada por um emigrado francês.

Ou seja, no final de Janeiro de 1808, Portugal continental ocupado por franceses e espanhóis, vítima de forçadas contribuições de guerra, saqueadas igrejas, conventos, palácios e estabelecimentos comerciais, está completamente desarmado – grande parte dos melhores comandantes estão no Brasil ou em França, os seus cavalos foram confiscados, o armamento também e a organização territorial das Milícias e Ordenanças completamente desfeita.

Mas a Espanha vai mudar a sua posição e a revolta do 2 de Maio motivará a saída das tropas de ocupação espanholas em Portugal e as populações portuguesas vão então revoltar-se contra as águias de Napoleão.

### *Os vários exércitos em 1808*

A partir de Junho de 1808, oficiais e soldados começaram a apresentar-se nas suas antigas unidades, muitos usando os seus velhos uniformes e trazendo como armas tudo o que podiam encontrar.

<sup>33</sup> Criada em 1801, este corpo era constituído por 8 companhias de infantaria, 4 de cavalaria e respectivo estado-maior, totalizando 638 homens. O seu comandante tinha dupla dependência: para os assuntos militares, dependia do general das armas, para execução de ordens e requisições dependia do intendente geral da polícia. O seu primeiro comandante foi um emigrado francês, o Conde de Novion, que entrara para o Exército português por diligência do Marquês de Fronteira. Pelas suas características militares, dependência, recrutamento, organização e enquadramento, a Guarda Real de Polícia pode ser considerada a verdadeira antecessora das Guardas Municipais (Lisboa e Porto) e da Guarda Nacional Republicana, que mais tarde lhe sucederiam. Em 1802 a Guarda Real de Polícia seria vinculada ao Exército, como tropa de linha.



Foi com a ajuda das anteriores forças espanholas de ocupação que se conquistou a guarnição francesa estacionada no Porto no princípio de Junho e por todo o país estes ataques repetiram-se obrigando os franceses a concentrar o seu dispositivo nas grandes cidades, especialmente à volta de Lisboa.

As forças<sup>34</sup>, então fraca e pobremente organizadas, não representavam mais do que pequenos grupos mal armados e que não tinham a mínima hipótese de se oporem contra o bem treinado Exército Francês. Foi a altura de solicitar o velho aliado.

Primeiro chegou o dinheiro, armas e abastecimentos e, só depois, no Outono, a primeira força de primeira linha aparece em Portugal, a Leal Legião Lusitana, levantada a partir de emigrados portugueses exilados na Grã-Bretanha e comandados pelo carismático Sir Robert Wilson.

As forças britânicas, que tinham desembarcado em Portugal em Agosto de 1808 para socorrer Portugal e ajudar a expulsar os Franceses, não seriam só por si suficientes. Mesmo estas precisavam também de algum apoio logístico pois: *“Con excepción de dos escuadrones del Real Cuerpo Irlandés de Tren, que había traído consigo, no contaba con otros medios de transporte a su disposición. El obispo de Oporto le había enviado algunos caballos, con los cuales pudo elevar sus fuerzas montadas de 180 a 240 jinetes, y dotar a su artillería de suficiente ganado de arrastre...”*<sup>35</sup>.

Se Portugal tinha de ser defendido e isso era obviamente também do interesse dos britânicos: então seria necessário algo mais do que os Exércitos expedicionários britânicos ou as ajudas em dinheiro, armas e equipamentos. O Exército Português tinha de renascer e preparar-se para uma vez mais, bater-se, lado a lado, com os ingleses em mais uma campanha na Europa.

D. Miguel Pereira Forjaz (Ministro da Guerra, Estrangeiros e Marinha), em nome da regência portuguesa, vai tomar então as medidas necessárias para a defesa de Portugal levando a cabo as reformas do Exército que tardavam em ser aplicadas desde o já falado plano de 1803.

<sup>34</sup> 3 corpos de tropas sob o comando dos generais Bernardim Freire de Andrade (Estremadura) e Bacelar (Beira e Trás-os-Montes) e o terceiro em reserva na região de COIMBRA.

<sup>35</sup> López. Cor Juan Priego, GUERRA DE LA INDEPENDENCIA, volumen 2, Campaña de 1810, MADRID, Librería Editorial San Martín, 1981, p. 342.



Para recompletar as unidades ordenou-se que se reunissem nos seus antigos quartéis todos os oficiais e praças desmobilizados pelos franceses, concedeu-se perdão aos desertores e chamaram-se todos os soldados que tinham tido baixa desde 1801 até 30 de Novembro de 1807.

No final de 1808 já tinham então sido criadas as seguintes forças em Portugal<sup>36</sup>:

- 6 batalhões de caçadores, de 628 praças cada (Outubro de 1808) com 5 companhias, sendo uma de atiradores de elite (no Outono de 1808 Portugal não tinha nenhuma tropa ligeira porque a maior parte dos antigos membros da Divisão Ligeira estava incorporada na Legião Portuguesa – estas forças iriam adquirir enorme reputação como forças de elite no decorrer das seguintes campanhas peninsulares);
- 24 regimentos de infantaria foram levantados até atingir um efectivo de 1.550 homens cada um, com 1 batalhão a 10 companhias (8 de fuzileiros, 1 de granadeiros e 1 de atiradores) – no final do ano contabilizavam-se 21.094 homens com apenas 19.113 armas e 6.912 uniformes;
- 12 regimentos de cavalaria, a arma mais prejudicada pela acção de Junot, foram elevados a 594 homens, com 4 esquadrões de 2 companhias – em Dezembro de 1808 a cavalaria contava com 3.641 homens, 2.617 cavalos e apenas 629 uniformes;
- 4 regimentos de artilharia que tinham no final do ano 3.918 homens, 3.564 mosquetes e 3.416 uniformes (o que estava bastante melhor do que nas restantes armas) – as peças foram as possíveis de serem retiradas das praças fortes e transportadas para o campo como primeiro passo no rearmamento dos regimentos tendo progressivamente aumentando o número das peças de bronze (3,6 e 9 libras) e obuseís de 15 cm;
- 48 regimentos de milícias, possuindo quando completos 1.101 homens cada um (contabilizavam-se em Dezembro 52.848 homens e cada regimento tinha 9 companhias);
- Companhias de Ordenanças que foram mandadas reunir em todos os Domingos e dias santos para se exercitarem no uso das armas (que tivessem) e nas evoluções militares – teoricamente o número de companhias poderia atingir 1.536 companhias, de 240 homens cada, organizadas em 24 brigadas – só em Lisboa foram criadas 16 legiões divididas por distritos, cada com 3 batalhões e cada batalhão com 10 companhias; como verdadeiros distritos de recrutamento

<sup>36</sup> Como demonstram as várias tabelas in CHARTRAND, Ob. cit, vols. 1, 2 e 3.



calcula-se que as Ordenanças forneceram para as Milícias e para o Exército de primeira linha nos anos seguintes entre 60.000 a 70.000 militares;

- Corpos de voluntários que foram aparecendo e que, regra geral, nos seguintes anos foram absorvidos pelas Milícias como a Legião Transtagana, os Voluntários de Portalegre, Beja e Coimbra. Gostaríamos no entanto de destacar:
  - dois corpos de cavalaria e infantaria em Lisboa, destinados à guarnição e polícia da cidade denominados Voluntários Reais do Comércio da Cidade de Lisboa e no Porto um corpo igual;
  - os Voluntários do Porto (herdeiros da Companhia de eclesiásticos do Porto de 1643) comandado pelo bispo com cerca de 600 frades e outros eclesiásticos organizados num “regimento” a dois batalhões;
  - o Corpo Académico Militar de Coimbra com as suas raízes na Restauração constituído pelos alunos da Universidade tendo os professores como oficiais;
  - o Corpo de Privilegiados de Malta que juntava os membros da Ordem de Malta, em Lisboa;
- a Leal Legião Lusitana (LLL) patrocinado pela Grã-Bretanha e levantada a partir dos portugueses aí emigrados (era composta por 3 batalhões de caçadores com 10 companhias cada num total de 2.300 homens e ainda uma bateria de artilharia com 4 peças e 2 obuses, quando em 20 de Abril de 1811 foram aumentados mais 6 batalhões de caçadores ao Exército Anglo-Português foi pelo mesmo decreto desactivada a LLL);
- os seguintes corpos especiais que brevemente descrevemos:
  - o Real Corpo de Engenheiros, com enorme tradição e prestígio no Exército Português, com cerca de 100 engenheiros militares em Portugal continental, 9 no Brasil, 1 na Índia e 1 em Angola<sup>37</sup> (reorganizado em Novembro de 1808 passou a possuir uma estrutura com 8 coronéis, 13 tenentes, 27 majores, 22 capitães e 22 tenentes mas apenas em 1812 foi acrescentado o Batalhão de Artífices destinado a fazer os trabalhos de engenharia);
  - o Arsenal Real que desde a Restauração produziu munições e mosquetes para o Exército recomeçou imediatamente a laborar após a saída dos

<sup>37</sup> “many officers of ability and Intelligence” CHARTRAND, Ob. cit., p. 19, vol 2.



- franceses, com 33 oficiais, 50 mestres e cerca de 2.000 trabalhadores com uma clara prioridade na produção de peças de artilharia;
- o Corpo Telegráfico que ficou famoso especialmente depois das célebres linhas de Torres Vedras em 1810 - embora tenha sido criado no final de 1808 só começou a operar em 1809 construindo formidáveis linhas telegráficas entre as principais praças em Portugal, como Abrantes e Elvas, utilizando um eficaz sistema semafórico ou o célebre sistema naval de balões nas linhas de Torres Vedras;
  - a Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho fundada em 1790, pela mesma época em que foi fundada a antecessora da Escola Naval, a Academia Real de Marinha (1779), reabriu logo após a saída dos franceses e foi fundamental na formação dos futuros oficiais do Exército;
  - o Corpo de Informações<sup>38</sup> - D. Miguel Forjaz, mantinha uma rede eficaz de informações em território espanhol coordenada pelo director da Posta Militar, Joaquim José de Oliveira, havia Oficiais na Galiza, em Leão e Castela-a-Velha, Estremadura, Andaluzia e Astúrias, pagavam-se a informadores a 1.000 reis por semana e estes “olhos de Portugal” eram de tão grande eficácia que nos anos seguintes Wellington fez todos os esforços para poder obter o comando deste corpo (“Senhor Oliveira” como lhe chamava o Duque);
  - os Guias do Exército criados em 1806 iriam depois transformar-se, já em 1812, nos eficazes Guias Montados compostos por estrangeiros e voluntários da Universidade de Coimbra com conhecimentos de inglês e francês;
  - as guarnições de cada praça principal onde existia o Governador (oficial general) um major e um ajudante de campo que com as antigas organizações conhecidas como Pé-de-Castelo (cerca de 200 homens) asseguravam a disponibilidade das mesmas;
  - a Guarda Real de Polícia, com 1.000 Infantes e 229 cavaleiros em Lisboa e um esquadrão no Porto que foram essenciais na manutenção da lei nestas cidades após 1808;

<sup>38</sup> Henriques, Mendo Castro, SALAMANCA 1812, Companheiros de Honra. Lisboa. Prefácio, BATALHAS DE PORTUGAL, 2002, p. 19.



- o apoio logístico onde se destacam as Tesourarias do Exército, os Víveres e o Serviço Médico, este último em 1808 muito mal organizado e que foi alvo de uma reestruturação pelo Marechal Beresford em 1809.
- As forças presentes nas Ilhas da Madeira e dos Açores:
- Madeira – como importante ponto estratégico no controlo das principais rotas, os Britânicos reforçaram-nas<sup>39</sup> tanto em 1801 como em 1807. Além das tropas britânicas<sup>40</sup> destacamos o importante Grupo de Artilharia com as suas 6 Baterias;
  - Açores – existia 1 batalhão de infantaria com 8 companhias e uma importante milícia organizada em 3 terços que totalizavam cerca de 3.000 homens.

Fora de Portugal, gostaríamos de focalizar a atenção nas forças oriundas do continente:

- Brasil – Foi o território mais afectado pelas guerras napoleónicas<sup>41</sup>. A importante colónia que obteria o estatuto de Reino Unido a Portugal tem, com a presença de D. João VI, um programa de reformas nos anos seguintes que a colocarão com um aparelho militar dos mais evoluídos. Destacamos, ainda no ano de 1808:
  - as 17 capitánias que existiam com o seu Capitão-General e as tropas regulares e milícias debaixo do seu comando;
  - as forças de 1.<sup>a</sup> linha - cerca de 2/3 eram oriundas do continente e além do envio de homens também existiam unidades completas mobilizadas para o Brasil como é o exemplo dos regimentos de Moura Estremoz e Bragança;<sup>42</sup>

<sup>39</sup> Ocuparam, segundo a leitura que se faça, mas de facto a soberania foi sempre respeitada quando as coisas se esclareceram tanto em 1801 como com os decretos do príncipe Regente na chegada ao Brasil. Estratégica e geopoliticamente, ambos os países, Portugal e Grã-Bretanha defenderam os seus interesses segurando os importantes territórios; o mesmo se iria passar na Índia e em Macau e os territórios mantiveram-se na soberania portuguesa.

<sup>40</sup> Comandadas em 1807 pelo que viria a ser o Marechal General do Exército Português, Carr Beresford.

<sup>41</sup> foi deste território que partiu uma operação conjunta e combinada Anglo-portuguesa para conquistar a Guiana francesa: em Novembro de 1808 uma Armada Anglo-portuguesa bloqueia a Capital, Cayene; em Dezembro uma força terrestre portuguesa de 1.200 homens comandadas pelo tenor Marques de Sousa conquista Oyapoc; parte dessa força embarca nos navios e com 80 Royal Marines conquistam a cidade de Cayene em 12 de Janeiro de 1809

<sup>42</sup> Estes regimentos, em conjunto com 2 regimentos brasileiros e outras forças formavam a Guarda do Vice Rei.

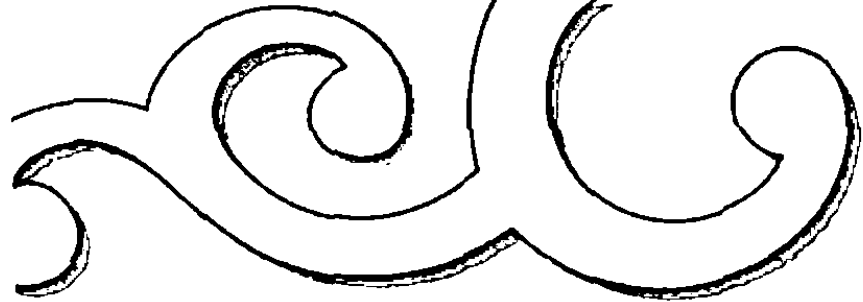


- Moçambique – Existia 1 regimento a 10 companhias com cerca de 1.000 efectivos e uma bateria de 100 homens (desde 1790 que houve vários ataques pelos corsários franceses e em 1797 houve um ataque de duas fragatas francesas a Lourenço Marques mas foi estabelecido um acordo entre os dois governadores e as tréguas mantiveram-se até ao final das guerras napoleónicas);
- Angola – Existia 1 regimento de infantaria, 1 grupo de artilharia e 1 esquadrão de cavalaria;
- Índia – Com o Vice-Rei que controlava os governadores de Macau, Timor e Moçambique, havia uma força bastante bem organizada com 2 regimentos de infantaria, 1 regimento de artilharia e a Legião dos Voluntários Reais com o total de 5.400 homens (dos quais apenas 1.200 eram europeus); tal como na Madeira houve o reforço britânico em 1801 e 1807 e a partir de 1808 esteve um batalhão Britânico de Bengala;
- Macau – Tinha um destacamento do Regimento de Goa e tal como na Índia e Madeira assistiu-se à presença Britânica em 1801 e 1807 tendo depois sido realizadas operações conjuntas da Armada Portuguesa com as Armadas da GB e da China mas para combater piratas e não franceses;
- São Tomé e Príncipe/Fernando Pó/Cabo Verde/Guiné Bissau/Timor – em todas existiam pequenas guarnições de infantaria com artilharia. Apenas se assistiu a pequenos episódios entre holandeses e britânicos junto a Timor mas que não ameaçaram os territórios portugueses.

### Forças de Defesa e de Projecção

Logo no ano seguinte, 1809, Soult vai ter grande dificuldade para se opor ao Exército Português<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> Obviamente que foi fundamental a vinda de novo das forças expedicionárias britânicas com: general Artur Wellesley comandando o general Mackenzie com 4400 H; generais Paget, Sherbrooke e Hill, comandando cada um uma divisão e o major-general Tilsit com uma brigada; Total: 22 000 H. Mas durante quase dois meses foram as forças portuguesas, à custa de milícias e ordenanças, que tornaram a situação quase insustentável para as forças francesas, sendo depois a sua acção decisiva para retardar a fuga de Soult.



O Governo Português no Rio de Janeiro, solicitou entretanto ao Governo Britânico a indicação de um oficial capaz de reorganizar o Exército, tendo sido indicado o general Beresford que, por decreto de 7 de Março de 1809, foi nomeado pelo Príncipe Regente D. João, como Comandante-Chefe do Exército Português.

Logo após assumir o comando do Exército, Beresford introduziu medidas disciplinares de grande severidade, bem como algumas inovações táticas, de acordo com o praticado pelos restantes Exércitos europeus.

Beresford estabeleceu o seu QG em Tomar, iniciando a reorganização do Exército pelas unidades do centro e sul, uma vez que as do norte estavam já empenhadas contra a 2.<sup>a</sup> invasão francesa que entretanto se iniciara. Supriu a falta de oficiais portugueses, confiando, de acordo com a regência, os principais postos a oficiais ingleses. Todos os sargentos e praças eram portugueses, sendo ingleses a maioria dos comandantes de divisão e brigada<sup>44</sup>, pouco mais de metade dos comandantes de regimento e batalhão, e pouco menos de um quarto dos oficiais em cada unidade.

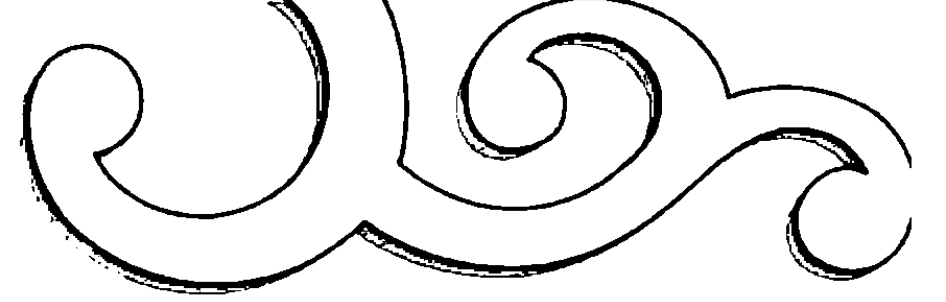
Os regulamentos foram adaptados de acordo com os ingleses, por forma a melhorar a eficiência do funcionamento combinado (luso-britânico) do Exército. Após a ultrapassagem de algumas inevitáveis resistências iniciais (rejuvenescendo os quadros, fixando um limite de idade para os oficiais no activo, reformando aqueles que pela sua idade já não podiam assegurar o serviço de campanha), o Exército ganhou uma “*feição britânica*” que viria a perdurar por largos anos.

A manutenção do Exército Português<sup>45</sup> no período 1808 -14 contou com subsídios britânicos resultantes do acordo entre as duas coroas. Em Novembro de 1808 a Grã-Bretanha comprometeu-se a custear o salário e a manutenção – além das armas, fardamento e equipamento – de 10.000 homens do Exército de 1.<sup>a</sup> linha, dobrado para 20.000 em 1809 (com a abertura dos portos brasileiros) e para 30.000 em 1810, aquando da construção das Linhas de Torres Vedras. Portugal pagava os salários e os equipamentos a cerca de 25.000 homens do Exército de 1.<sup>a</sup> linha, além da marinha, das milícias, das Ordenanças e das tropas ultramarinas.

No mesmo período foram remetidas da Grã-Bretanha cerca de 160.000 espingardas, 2.300 carabinas, 3.000 de cavalaria, 7.000 pistolas, 15.000 espadas de cavalaria, 190.000 fardas, etc.

<sup>44</sup> Carlos Lecor comandou uma das Divisões. Por ex: Em Salamanca nas 28 unidades do Ex anglo-luso, 15 foram comandadas por britânicos e 13 por portugueses; das 8 brigadas duas são de comando português.

<sup>45</sup> Henriques, Ob. cit., pp. 24, 25.



Em 1810 já existiam mais de 150.000 homens nas Forças Armadas, só contabilizando os do Exército de 1.<sup>a</sup> linha<sup>46</sup> e os regimentos de milícia<sup>47</sup>.

Por vezes, os historiadores tendem a sublimar a história dos generais e a olvidarem a decisiva acção das Milícias e Ordenanças portuguesas durante as segunda e terceira invasões. Hoje está na moda falar do *Combate em Profundidade* – conceito que visa atingir a retaguarda do inimigo isolando as suas reservas do ataque principal e/ou impossibilitando possíveis reforços e abastecimentos. O que as Milícias e as Ordenanças portuguesas então fizeram<sup>48</sup> – o combate em profundidade contra linhas de comunicação de Soult e contra as reservas de Massena – foi decisivo no desfecho das Campanhas. Um terço dos efectivos em campanha por parte dos aliados eram constituídos por milícias e ordenanças e, se contabilizarmos a população que construiu as formidáveis Linhas de Torres Vedras, então tivemos uma verdadeira “nação em armas” na defesa do território nacional.

Partindo praticamente do zero, em 1808, mas com uma “escola” antiga de organização nacional, habituados a trabalhar com o velho aliado e com as claras prioridades atribuídas pelo nosso Príncipe Regente foi, mais uma vez, natural o rápido crescimento e o efectivo melhoramento do Exército. Milícias e ordenanças encontravam-se quase refeitas em 1809 e o Exército de 1.<sup>a</sup> Linha combatia entre iguais com os britânicos, em 1810.

---

<sup>46</sup> Efectivos portugueses do Ex 1.<sup>a</sup> Linha: 1808 – 42619; 1809 – 47958; 1810 – 51841; 1811 – 54558; 1812 – 56808; 1813 – 51431. In Henriques, Ob. cit., p. 21. Noutra fonte (Fernando Pereira Marques, Ob. cit., p. 46) em 1811 Portugal tinha “a massa verdadeiramente enorme para a sua população de 335 439 homens de armas, dos quais 60 508 nas tropas de linha, 58 500 nas milícias, 82 834 ordenanças com espingardas e 135 588 armadas de chuços”.

<sup>47</sup> As forças portuguesas presentes no Exército Anglo-Português durante a 3.<sup>a</sup> Invasão Francesa eram: a 3.<sup>a</sup> Divisão Inglesa anexa à Divisão HAMILTON com os Regimentos de Infantaria n.º 2, 4, 10 e 14 (2 950 H); Da 4.<sup>a</sup> Divisão Inglesa faziam parte os Regimentos de Infantaria n.º 11 e 23 (2 800 H); da 5.<sup>a</sup> Divisão Inglesa faziam parte os Regimentos de Infantaria n.º 3, 8 e 15, milícias de Tomar e 3 batalhões da L. L. L (5 430 H); da Divisão CRAUFURD faziam parte os Batalhões de Caçadores 1 e 2 (2 000 H); 3 Brigadas Independentes de Infantaria com os Batalhões de Caçadores n.º 2, 4, 6, e Regimentos de Infantaria n.º 1 e 16 (8 400 H); Na Divisão de Cavalaria entravam os Regimentos de Infantaria n.º 1, 4, 7 e 10 (1 500 H).

<sup>48</sup> Temos que clarificar que a acção combativa foi quase exclusiva das milícias, mas foi a partir da estrutura das ordenanças que se criaram forças de voluntários e foi das ordenanças que se alimentaram as milícias e o Exército de 1.<sup>a</sup> linha – ver Borrego, Ob. cit., pp. 69 a 72, Tem sido uma discussão académica interessante se o exército português foi depois da restauração organizado em 2 ou 3 linhas. Para o autor agora citado parece claro que só existiram 2 linhas mas para outros, existiram e actuaram as 3 linhas “... os portugueses já tinham, pois, experiência em campanha com um Exército defensivo baseado nas três linhas e adoptaram essa fórmula da re-organização de 1806 ... as tropas de linha, para integrar as de campanha, as milícias para acorrer à fronteira e auxiliar as primeiras e, por fim, as ordenanças para guarnecer as fortalezas, as praças e as povoações” in Nunes, Pires, capítulo As milícias e as ordenanças em Portugal durante a Guerra Peninsular, in GUERRA PENINSULAR – NOVAS INTERPRETAÇÕES, Tribuna. 2005, p. 222. Na nossa opinião, como linhas defensivas efectivamente só encontramos duas mas, numa perspectiva de multiplicador de forças, organizador e estruturador do espírito de defesa em Portugal, as Ordenanças, nesse sentido, foram uma verdadeira 3.<sup>a</sup> linha defensiva.



Em 1812 já o Exército de Wellington tinha aproximadamente 90.000 homens, mais de metade dos quais eram portugueses e que nas batalhas mais importantes da guerra peninsular iriam mostrar o seu valor.

Penosa foi a campanha até à muito digna acção na última das batalhas em Tarbes e Toulouse, Março/Abril de 1814. Durante a Guerra Peninsular<sup>49</sup> o Exército Português participou em cerca de 280 acções de combate (15 batalhas, 215 combates, 14 sítios, 18 assaltos, 6 bloqueios e 12 defesas de praças) com um total de 21.141 baixas portuguesas (sem contar com as baixas entre as milícias e as ordenanças).

Durante o período que duraram as guerras napoleónicas o impulso reformista de Beresford foi contínuo e arriscamos a dizer que a sua acção foi globalmente positiva na modernização do Exército. Regulamenta a aplicação da justiça, normaliza o uso dos uniformes (por exemplo, em 1812 regulamenta em definitivo os uniformes dos 12 Batalhões de Caçadores, que tanto prestígio trouxeram ao Exército Português), cria um sistema de avaliação “*informações semestrais*” para a gestão de carreiras, regulamenta o apoio social às famílias que tinham elementos nas fileiras, atribui números às 10 brigadas existentes, cria Hospitais regimentais distribuídos no território nacional, etc.

Como temos afirmado desde o início deste trabalho, a influência de umas forças armadas disciplinadas e eficazes não se limitava à dissuasão de um inimigo externo, tendo também todo o dispositivo militar em Portugal um enorme efeito organizador a nível interno. Também através das Forças Armadas, a acção governativa se implementou uniformemente em Portugal continental e ultramar. As Forças Armadas eram símbolo de coesão, unidade, representação e veículo de transmissão da acção governativa – evidentemente – “carregando” consigo os efeitos positivos e negativos dessa acção incluindo as ingerências de potências estrangeiras.

Em 1814, com o regresso das tropas de primeira linha de Toulouse reduziram-se os efectivos do Exército para cerca de 40.840 homens e 5,620 solípedes<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Martins, Ferreira, *HISTÓRIA DO EXÉRCITO PORTUGUÊS*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1945, p. 300.

<sup>50</sup> Idem, p. 317 – “Os efectivos a que então ficou reduzido o Exército foram: 24 regimentos de infantaria (24.264 homens), 12 batalhões de caçadores (6.012 homens), 12 regimentos de cavalaria (6.372 homens e 5.220 cavalos), 4 regimentos de artilharia (3.568 homens), 4 companhias de condutores (276 homens, 400 solípedes), 1 batalhão de engenheiros (348 homens), num total de 40.840 homens e 5,620 solípedes”.



## A partir da reforma de 1816

Findas as Guerras Napoleónicas, Carr Beresford manteve-se não só no comando das Forças Armadas Portuguesas como, de facto, governava a nação portuguesa<sup>51</sup>. Sem surpresa, por isso, a seguinte reforma vai ser da sua iniciativa em 1816.

Esta reforma não representa nenhuma ruptura com o dispositivo existente, nem vai introduzir grandes novidades no âmbito da instrução ou organização das unidades. O que de facto *esmaga* é a dimensão das forças previstas por Beresford na defesa de Portugal. Nada menos do que 6 divisões (cada uma a 3 brigadas e um Regimento de artilharia, que totaliza 18 Brigadas e 6 Regimentos (para dar uma ideia da dimensão lembramos que hoje Portugal tem hoje como ambição máxima ter 3 brigadas...) e efectivos previstos de 111.300 homens<sup>52</sup>. Como podemos imaginar, a revolta foi grande entre os governantes portugueses pois uma estrutura destas levaria a uma enorme falta de mão de obra em todos os sectores e, para cúmulo, não se tinha previsto o tempo de prestação do serviço militar – dependeria dos contingentes disponíveis em cada ano!

Podemos afirmar que esta reforma mais do que uma reforma de cariz organizacional militar visava acima de tudo garantir, nomeadamente através do Exército, a governação do País nas várias dimensões, nacional, regional e local. O âmbito das funções era praticamente total e incluía as de polícia, de Exército, de jurisdição militar, dos governadores militares, etc.. Embora existisse o Governo do Reino, na prática estava garantida uma *ditadura militar britânica*<sup>53</sup>.

De referir que as resistências a esta reforma tinham também origem nas medidas preconizadas por Beresford para a selecção de oficiais. O mérito devia sobrepor-se à origem social e tal facto desagradava ao grande sector conservador da sociedade de então. As sucessivas sanções disciplinares aplicadas indiscriminadamente a oficiais ou soldados, humilhava ainda mais aquela classe que se via forçada a cumprir as penas publicamente perante os soldados que comandavam. Por último, o controle apertado que colocava nas atribuições de pensões e nas faltas ao serviço, constituíam o último rastilho para a crescente revolta que se adivinhava.

<sup>51</sup> “... de 1808 a 1820, Portugal seria gerido, no essencial, pelos ingleses, muito particularmente no domínio militar”, Marques, Fernando P., Ob. cit., p. 332.

<sup>52</sup> “...22% da população masculina, entre os 17 e os 40 anos, enquanto que em França e na Inglaterra não se ultrapassavam os 5,2%...” Marques, F. Pereira, Ob. cit., p. 37.

<sup>53</sup> Selvagem, Ob. cit., p. 533.



*“...com a paz e a ameaça francesa definitivamente afastada após o Congresso de Viena, as reivindicações e os protestos corporativos aumentarão, ganhando um crescente conteúdo nacionalista e político.”<sup>54</sup>*

Cada vez mais as dicotomias se aceleraram dentro das Forças Armadas Portuguesas e quando em 1816 se teve de organizar um Exército Expedicionário para a reconquista de Montevideu na Colónia de Sacramento/Brasil, o comando da Força, uma Divisão Ligeira do General Carlos Lecor, vai levar consigo distintos comandantes portugueses apoiados por forças navais portuguesas comandadas pelo conde de Viana. Julgamos não ser accidental a quase inexistência de militares ingleses nesta força...

Na obra já referida, do General Ferreira Martins, A História do Exército Português, é interessante notar que nele encontramos um capítulo (p. 323) com o título “O EXÉRCITO E O LIBERALISMO” – não se denomina o Exército do Liberalismo. Por isso afirmamos no início deste texto que não existem modelos de Exércitos Absolutistas ou Liberais. A revolução de 1820, o regresso do Rei, os “ventos do Brasil”, etc, iriam mudar em muito a “alma” e a estrutura do Exército dos anos 20.

Não é nossa intenção analisar a confrontação “quase” permanente em que Portugal se vai ver envolvido até meados do século XIX, vamos apenas tentar inferir as consequência nos modelos de organização assumidos.

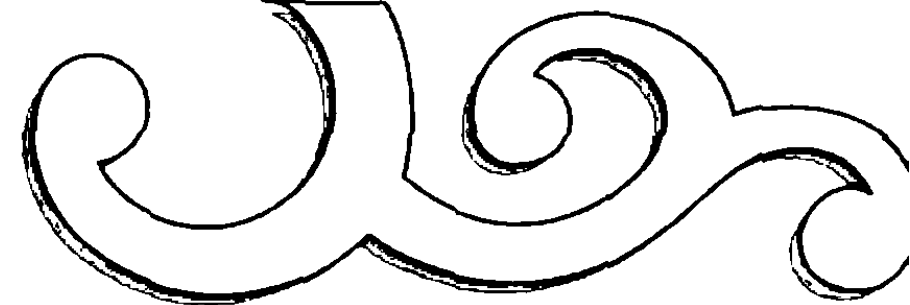
Livres de Beresford, tiveram lugar algumas reformas das quais, destacamos as mais importantes.

Em 1821 fixou-se finalmente o tempo de serviço militar, 7 anos para a Infantaria e 9 anos para a artilharia e cavalaria e as milícias foram licenciadas para permitir a mão de obra voltar aos campos. As ordenanças foram abolidas. Criou-se um só Exército do Reino Unido que passava a incluir continente, províncias ultramarinas e colónias.

Em 1823, com o medo de intervenções estrangeiras, propôs-se elevar de novo o nível do Exército para os 60.000 homens e levantar de novo as Milícias e criar uma Guarda Nacional (uma espécie urbana de ordenanças mas com forte conotação política) em Lisboa e Porto.

---

<sup>54</sup> Idem. p. 40.



Ainda em 1823, essencialmente como consequência da independência do Brasil, criou-se um Exército “absolutista” em Trás os Montes, denominado Exército Regenerador. Este Exército, comandado pelo 2.º Conde de Amarante (filho do célebre General Silveira) foi obrigado a retirar para Espanha. Mas o conflito entre “absolutistas e liberais” estava ainda no início.

Em 1824 a expulsão de D. Miguel trouxe de novo a ingerência estrangeira para Portugal<sup>55</sup> e nesta ingerência tentaram-se novas medidas para o “exército desmoralizado” incluindo pedidos de reforços britânicos (que não se chegaram a ser enviados).

Em 1826, após a morte de D. João VI, a deserção de várias unidades para Espanha levou à sua supressão e a um novo dispositivo. *Em Portugal entra o tão ansiado reforço britânico em 1827* – General Sir William Clinton com uma divisão de 5.000 homens.

Em 1827 Saldanha “espalhou” pelo país os generais dedicados ao constitucionalismo e elevou os efectivos do Exército para 24.000 homens mas, depois do regresso de D. Miguel em 1828, as prioridades foram invertidas e “estes Generais” foram todos substituídos. Então, como medidas principais da nova política, a Guarda Real de Polícia elevou os seus efectivos, os Corpos de Voluntários foram dissolvidos e foram então criados os primeiros batalhões de voluntários realistas<sup>56</sup>. As tropas inglesas regressaram ao seu país. *Por todo o lado as milícias eram de novo chamadas ao serviço.*

### A confrontação de dois Exércitos

A partir do Verão de 1828 os acontecimentos levam a que os historiadores passem a utilizar duas denominações: O exército Liberal ou de D. Pedro e o Exército Absolutista ou de D. Miguel. Foi no Verão de 1828 que se deu a “belfastada”, quando o navio *Belfast* regressa a Inglaterra com os mesmos emigrados que tinham vindo comandar o Exército liberal (entre estes abandona de novo Portugal o famoso Saldanha). Temos assim dois exércitos, o “liberal” em fuga para a Galiza (e mais tarde disperso nas terras de Espanha) e o “absolutista” na conquista do Porto. Dois Exércitos que não são dois modelos de Exército diferentes.

<sup>55</sup> Interessante como D. Miguel era retratado perante as potências estrangeiras: “... que o Infante D. Miguel era um príncipe não só violento, brutal e de fraca inteligência...” Soriano, Luz, *HISTÓRIA DA GUERRA CIVIL...*, p. 14.

<sup>56</sup> Formavam um corpo com cerca de 2.000 homens comandados pelo próprio D. Miguel. Mais Batalhões foram criados noutras cidades, incluindo as chamadas companhias de caceteiros.

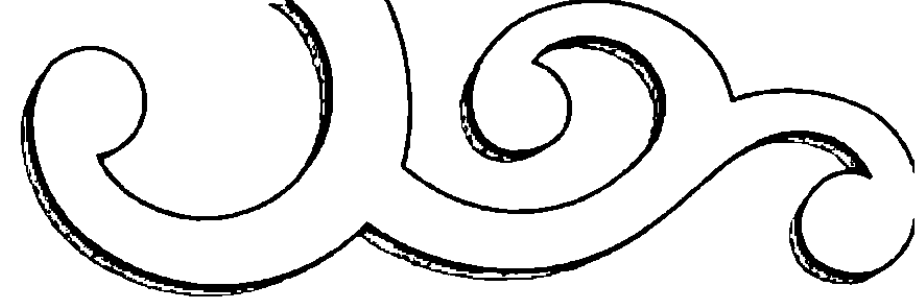


D. Miguel declara-se Rei e começa o período de “desforra” com uma enorme perseguição aos liberais que incluiu grande parte das chefias militares e, para o qual tinha sido criado um conselho militar especial.

Começam então de facto a existir dois exércitos distintos: foi nomeada uma Junta provisória na Ilha Terceira para, em nome de D. Pedro, organizar a defesa da Ilha. Em Janeiro de 1829 parte uma expedição de Plymouth/Inglaterra para a Ilha com a organização possível das praças existentes – muitos oficiais, praças de infantaria, caçadores e artilharia, 4 companhias de voluntários da Rainha (estas unidades tinham sido criadas em Inglaterra onde se incluíam os académicos) e finalmente, nos dois últimos navios, 600 homens na sua maioria oriundos dos extintos batalhões de Voluntários. Nestas forças estavam também 265 alemães comandadas pelo Ten-Cor João de Schwalback. Não puderam desembarcar – o “pouco liberal” Wellington era agora primeiro ministro e a ingerência nos assuntos de Portugal continuava em permanência. Acabaram por ir para França (mas parte desta força conseguiu desembarcar um total de 1.000 homens).

Em 1830, a conjuntura mudara de novo, o governo Tory de Wellington tinha caído e Inglaterra apoiava de novo D. Pedro. Esta mudança permitiu o controlo total do Açores pelas suas forças e foi imposto aí um recrutamento de 2.858 homens no denominado regimento provisório a três batalhões e um novo batalhão de caçadores. Com as restantes forças desembarcadas formou-se assim o Exército “libertador” de D. Pedro.

1831 foi um ano de profundas indignidades para Portugal em que foi esmagadora a ingerência das grandes potências. Tanto a Inglaterra como a França entraram em Portugal com esquadras navais para garantir as suas exigências. A França chegou a erguer a sua bandeira no Castelo de S. Jorge e D. Miguel limitou-se a ceder às pressões. Naturalmente estes acontecimentos levaram à revolta de algumas unidades militares, no entanto, inconsequentes. D. Pedro abdicara no seu filho no Brasil e vinha para Portugal. Era necessário ajustar o dispositivo militar em Portugal. Convencidos que o desembarque se faria entre Lisboa e Leiria aí se concentrou o esforço de defesa de D. Miguel. Com enorme esforço, financeiro e humano, o exército de D. Miguel elevava-se a 80.000 homens (3 Regimentos de Artilharia a 36 bocas de fogo, 8 regimentos de cavalaria, 5 companhias de polícia, 16 regimentos de infantaria de linha, 4 de caçadores, os corpos de infantaria de Lisboa e Porto, batalhão de engenheiros com 4 bocas de fogo, 49 batalhões de voluntários realistas e 50 batalhões de milícias – 80.000 homens: 51.000 no Exército de Operações e os restantes na defesa de praças, fortalezas e guarnições de província). Acrescenta-se ainda os voluntários de corporações religiosas, funcionários públicos, antigas ordenanças armadas de chuços, desertores libertados e os militares que tinham processos disciplinares pendentes.



Do lado de D. Pedro, uma medida inicial importante, nomeou um mesmo ministro para a Marinha e Guerra – Agostinho Freire, o conde de Vila Flor para comandante em chefe do Exército e o vice-almirante Sartorius para comandante da esquadra (ambos debaixo das ordens de D. Pedro – ou seja, unidade de comando). A constituição das forças era a seguinte: uma divisão ligeira (a 3 batalhões de caçadores), duas divisões de Infantaria (1 Regimento de Infantaria a 3 batalhões e o batalhão de Voluntários da Rainha, e a outra divisão com o Regimento Provisório a 3 batalhões e 1 batalhão de caçadores), um corpo de auxiliares (ingleses, denominados batalhão de marinha e outro de atiradores constituído na sua maioria por franceses), o batalhão sagrado (constituído por oficiais de infantaria), corpo de guias (oficiais de cavalaria), companhia de artilheiros académicos e o batalhão de artilharia (com 23 bocas de fogo de diversos calibres), 30 navios de transporte e 7 navios de guerra. A 8 de Julho de 1832 desembarcaram no Mindelo.

O início da confrontação vai levar a grandes alterações na tradicional organização das Forças Armadas Portuguesas. D. Pedro decreta então não só a extinção dos corpos de Voluntários Realistas mas também (mais uma vez) os ancestrais corpos de milícias e ordenanças e cria novas unidades denominadas batalhões nacionais com uma composição idêntica aos batalhões de caçadores (divididos em batalhões móveis e fixos). O total das forças de D. Pedro era 8.000 homens, um décimo das forças de D. Miguel.

Durante a confrontação, um dos maiores problemas foi manter a logística e o financiamento de ambos os lados. Como consequência, centenas de mercenários ao serviço de D. Pedro abandonaram as fileiras e novos batalhões de Voluntários foram criados, como dos mareantes e dos voluntários do Douro fazendo uso das gentes do mar, uma companhia de postilhões com crianças de 12 a 15 anos, companhias de mulheres, etc. Pequenos mas importantes reforços para D. Pedro. Como sina no comando dos exércitos de Portugal D. Pedro investiu um estrangeiro no comando das forças terrestres, o general francês Solignac, como já tinha feito o mesmo na marinha, com o inglês Sartorius: tínhamos de novo o “síndrome de Shomberg”. Como seria de esperar o marechal francês introduziu então mudanças na estrutura – criou novos regimentos, desfez outros, sem importância visível.

Em 1833 chegaram a Portugal importantes Generais que levaram a uma alteração de dispositivo: 1 Divisão para o Duque da Terceira, outra para Saldanha e a terceira para Stubbs, Solignac foi exonerado e Saldanha assumiu também o cargo de Chefe de Estado Maior de D. Pedro. Na Marinha um inglês, Napier substituiu outro, Sartorius. D. Miguel, após a derrota naval na



batalha do cabo S. Vicente<sup>57</sup> e malograda mais uma tentativa de conquista do Porto, segue a moda e nomeia um francês para comando do exército – Luiz Augusto Victor de Bourmont.

Após a conquista de Lisboa a 24 de Julho de 1833, cresceram os Batalhões Nacionais. No lado Miguelista trocou-se a chefia do exército de um francês para um inglês – General Reinaldo Macdonell. Durou pouco tempo o seu comando e de novo um português assumiu o cargo, General Póvoas. Seria ele a enfrentar a derrota na Batalha de Almoester em 1834. Será substituído no comando pelo General Lemos. A ingerência das potências estrangeiras é continua e o exército espanhol do General Rodil entrou em Portugal pelo norte da Beira.

A Batalha da Asseiceira terminaria esta triste confrontação entre irmãos a 16 de Maio de 1834 e que viria a ser confirmado na Convenção de Évora-Monte a 27 do mesmo mês. “*Como em equipa vencedora não se mexe*” a organização sucessivamente alterada por D. Pedro iria servir como referência para a última reorganização que nos referimos neste texto – a de 1834.

### A reforma de 1834

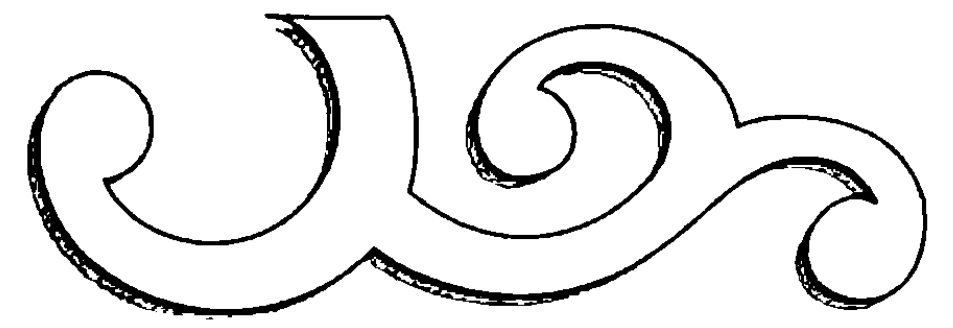
As reformas de 1834 tinham um objectivo claro – reforçar o Exército regular e reduzir os muitos e variados corpos de “milicianos”. No decreto de 18 de Julho de 1834, no entanto, tentava manter-se a matriz desenhada na reforma de 1816. Em vez de 6 divisões temos agora apenas 4 divisões e o princípio de dois escalões de forças continua presente nas forças de primeira e segunda linha. As tropas de segunda linha vêem os batalhões de milícia substituídos pelos batalhões nacionais – aparentemente não parece uma grande mudança – mas analisemos um pouco melhor...

De facto, no Exército de primeira Linha não há grandes mudanças mas recordamos que o que sempre possibilitou a Portugal fazer a diferença perante os múltiplos conflitos em que esteve presente foi a sua capacidade para rapidamente crescer e reforçar os Exércitos de primeira linha e simultaneamente garantir uma defesa descentralizada com enorme profundidade local e regional através das suas forças de segunda linha. A “terceira linha”<sup>58</sup> tinha sido extinta, a segunda não era uma substituição directa dos corpos de milícia.

---

<sup>57</sup> A constituição das respectivas esquadras navais era: D. Pedro (equipada por ingleses) – 5 vapores, 1 escuna, 3 fragatas e 2 brigues (total 11 navios, 176 peças; D. Miguel – 2 naus, 2 fragatas, 2 corvetas, 3 brigues e 1 escuna (total 10 navios mas 354 peças) – in Selvagem, Ob. cit., p. 561.

<sup>58</sup> Como temos referido, nunca existiu propriamente uma terceira linha – apenas duas linhas se podiam considerar como força de combate e as ordenanças, com grandes mudanças nos últimos dois séculos e meio essencialmente, um depósito de recrutamento e uma plataforma para criação de novas unidades.



No Exército de primeira linha ficariam então 12 regimentos de Infantaria (a dois batalhões) e 4 de caçadores, 6 regimentos de cavalaria (2 de lanceiros e 4 de caçadores a cavalo) a 4 esquadrões, 2 regimentos de artilharia a 16 batarias (2 a cavalo, 6 montadas e 8 de posição). Esta organização da defesa em duas linhas, corpos permanentes e batalhões nacionais seria bastante efémera. Nos anos seguintes, os números, a organização e a estrutura dos corpos permanentes seriam profundamente alterados e os batalhões nacionais foram dissolvidos e reorganizados ao sabor das “reestruturações”, a primeira delas logo em 1836, seguida por outra em 1837, 1840, 1849, e por aí fora até 1869, onde finalmente se implementou um modelo um pouco mais duradouro<sup>59</sup>.

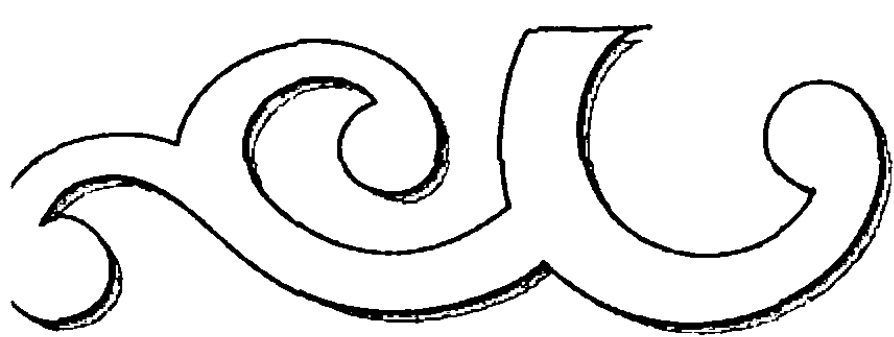
A criação da Guarda Nacional tinha sido inovação de facto. É uma *milícia cívica* que fica subordinada às autoridades civis no âmbito do concelho ou do distrito. Rapidamente passam a agir como polícia e as desconfianças políticas vão-se avolumando nos anos seguintes. Importa referir que o serviço na Guarda isentava do Exército de Linha (em caso de guerra a Guarda “alimentaria” o exército de linha) criando assim uma outra clivagem na sociedade de que seríamos testemunhas nas décadas seguintes.

Acresce ainda fazer referência a uma reestruturação importante ao nível do enquadramento político estratégico das Forças Armadas. De 1736 até 1821 Negócios Estrangeiros e Guerra estiveram concentradas na mesma pasta “ministerial”. Um decreto de 1 de Junho de 1824 cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra e dentro desta vão crescer várias direcções e secções que empregavam grande número de funcionários civis – como consequência a burocratização dos “negócios de guerra” cresceu bastante e as críticas fizeram-se ouvir em todos os sectores do Exército. Escrevo Exército porque os assuntos da Marinha voltavam a ser tratados por uma Secretaria diferente – Secretaria da Marinha. Este vai ser um tema recorrente até aos dias de hoje, a coordenação entre política externa e defesa e dentro da defesa a coordenação entre Marinha e o Exército. O poder político sempre oscilou entre “dividir para reinar” ou ter um todo coeso e disciplinado<sup>60</sup>.

Não pudemos neste curto texto abordar todas as vertentes ligadas à organização militar e por isso não analisámos importantes sectores dentro das Forças Armadas como sejam a administração militar, o ensino, a saúde, as escolas militares, a Engenharia, a justiça e disciplina, etc. No entanto ainda queríamos destacar alguns aspectos que consideramos mais relevantes:

<sup>59</sup> Como exemplo refira-se a sucessivas alterações no plano dos uniformes: em 1834 introduziu-se um novo plano de uniformes, logo alterado em 1843, 1848, 1852, 1856, 1862 e 1864.

<sup>60</sup> “em tempo de paz, não haveria comandante em chefe do exército nem da armada ... esta questão do comando-chefe tornar-se-á, mais tarde, causa de sérios antagonismos e divergências políticas...” in Marques, Ob. cit., p. 321.



- Uma grande ruptura na origem do corpo de Oficiais – A substituição dos cadetes pelos aspirantes a oficiais afastava definitivamente a ocupação exclusiva dos postos superiores por membros da nobreza;
- A definição do tempos de serviço militar e a alteração na metodologia do recrutamento que levou a um cada vez menor número de “isentos”<sup>61</sup> que sempre gerara grande injustiça social;
- Embora se reconheça um crescendo da denominada “elite militar” pensamos que de nenhuma maneira a podemos dissociar das “elites civis”, ou seja a intervenção militar na governação não foi de militares contra civis, emanou conjuntamente no período analisado<sup>62</sup>.
- A associação entre ideologias e forças militares esteve presente nas várias tentativas de reformas e reestruturações, como por exemplo, na extinção das milícias e ordenanças e na criação da guarda nacional ou a criação de batalhões de voluntários realistas. Não eram unidades novas que se procuravam mas, antes, diferentes lealdades e outras ideologias.

### Em síntese

Não há um modelo de Exército ou Marinha do absolutismo contra um modelo do liberalismo. O que assistimos foi a organizações, reorganizações, extinções e, na sua maioria, intenções de reestruturações fundamentalmente ditadas ou por necessidades operacionais ou, especialmente entre 1820 até 1834, por necessidades de filiação e lealdade.

Os fenómenos da organização militar, como se pode constatar, fizeram parte de um processo geral de (des)organização nacional. O papel das Forças Armadas não foi um papel isolado, mas antes um papel relevante em todo este período e os membros que as compunham não eram membros isolados da sociedade – a separação entre política e chefias militares é praticamente inexistente.

Por outro lado, as forças armadas foram um catalisador da mudança em Portugal porque, emergindo da sociedade donde nunca saiu, as suas evoluções foram evoluções da sociedade como um todo e, acrescentando que os quadros das Forças Armadas constituíam uma elite, no

---

<sup>61</sup> Nunca completamente extinta até aos nossos dias.

<sup>62</sup> “... se por um lado o exército se politiza, por outro a política militariza-se...” in Marques, F., Ob. cit., p. 190.



sentido da escola e do saber aplicado, então, através destes quadros foi possível pensar muito além da simples aplicação da força contra um invasor – foi possível aplicar os conhecimentos ao serviço das populações, na ordem interna, externa ou civil. Quando o exército evoluía, os seus quadros tornavam-se melhor preparados, a base de recrutamento alargava-se e, naturalmente, diminuía o peso da nobreza tradicional e a influência desta instituição, que, como sabemos, estava presente não só no território continental, mas também em todos os territórios ultramarinos <sup>63</sup>.

Temos que ter em atenção que nesta época, não havia uma clara distinção entre defesa externa e interna como hoje ainda se tenta manter. O papel das Forças armadas exercia-se, também e naturalmente, na “segurança interna” e o problema não estava, tal como hoje, na adequação da força para missões de segurança interna mas antes nas possíveis manipulações políticas destas forças que, tendo o exclusivo das armas, podiam impor a sua vontade pela força. Nesta época, foi muita a confusão que se fez entre Exército e as forças “tipo milícias” que se criaram e extinguíram e, como consequência, não foi o exército o único com o exclusivo da força armada. Esta situação vai-se reflectir na reestruturação de 1834 – desarmar e diminuir o mais possível essas organizações por forma a devolver às Forças Armadas o exclusivo do poder das armas.

Não foi o absolutismo ou o liberalismo o grande motor de mudança ou a génese de modelos para a organização das Forças Armadas. Neste período, como na maior parte da história de Portugal, foram os conflitos emergentes que levaram às adaptações urgentes e o final dos mesmos que levaram aos inúmeros projectos de reestruturações profundas. No entanto, a influência das duas “escolas”<sup>64</sup> estará presente nos diplomas quando analisamos os processos de recrutamento, de selecção dos quadros superiores, da disciplina, das unidades a criar e a extinguir, etc. Mas na verdade, serão influências pontuais que, na nossa perspectiva, pouco vão alterar o rumo das organizações – o que de facto “empurra” a instituição militar na sua melhoria tem sido a “aflicção” da sua necessidade versus o “esquecimento” a que geralmente se vê votada quando a ameaça não se vislumbra. De resto, como em todas as instituições

---

<sup>63</sup> “... o exército, que durante muito tempo funcionara como um laboratório modernizador do Estado e da sociedade, passava a um estádio superior de agente activo da mudança, intervindo no domínio da política e suprindo as próprias debilidades da burguesia nacional, incapaz de desempenhar autonomamente essa função agindo até na instância económica (...) o papel dos militares, enquanto elite, e da instituição militar como mediadora dos antagonismos, mostrar-se-á com frequência decisivo na determinação das formas de Estado e de exercício do poder...” Idem, pp. 332 e 334.

<sup>64</sup> “Do ponto de vista jurídico-formal, a instituição militar, a exemplo das demais, foi objecto de formulações de carácter constitucional que se sucederão, além de motivar uma vasta e frequente produção legislativa relacionada com a sua natureza e funcionamento.” Idem, p. 319.

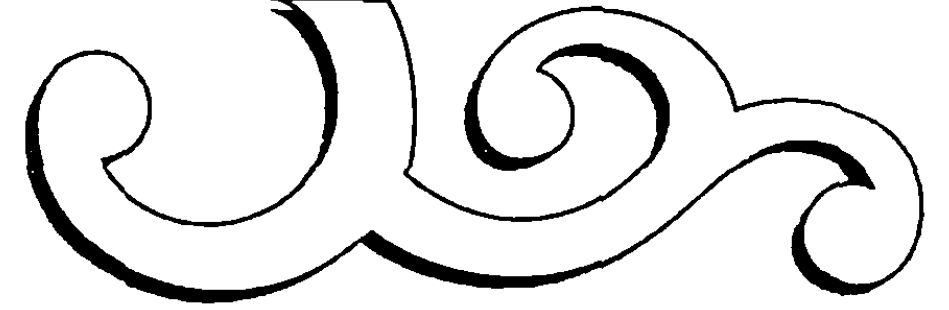


260

governadas por homens e dependentes da acção governativa de outros homens, serão estes que farão a diferença, positiva e negativa, quando a oportunidade surge.

Ontem ... como hoje.

TenCor Inf<sup>a</sup> Nuno Correia Barrento de Lemos Pires



## Bibliografia

261

- AAVV, *Genealogia dos Corpos do Exército, Lisboa*, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1991
- AAVV, *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna, 2005
- BARRENTO, Brig António Q. Martins, *Invasões Francesas: Portugal na Fronteira do Poder Terrestre e do Poder Marítimo, Lisboa*, Revista de Artilharia, nº8, 1989
- BARRENTO, Gen António Q. Martins, *A Guerra Fantástica*, Tribuna, 2005,
- BOPPE, P., *La Legion Portugaise 1807-1813*, Paris, 1897, reeditado por C. Térana Editeur em 1994
- BORREGO, Nuno Gonçalo P., *As Ordenanças e as Milícias em Portugal, Vol I*, Lisboa, Guarda-Mor, 2006
- CÉSAR, Victoriano, *A Evolução do Recrutamento em Portugal*, Revista Militar nº 8, Agosto de 1909
- CHARTRAND, René e Younghusband, Bill, *The Portuguese Army Of The Napoleonic Wars* (1, 2 e 3), Osprey Military, MEN-AT-ARMS, Osford, Reino Unido, 2000
- FERREIRA, Arnaldo M. de Medeiros, *História Militar – III e IV Volume*, Lisboa, Serviços Gráficos da Academia Militar
- HENRIQUES, Cor, *Apontamentos de História Militar*, ME 73-00-00 vol I, IAEM Lisboa, 1989
- HENRIQUES, Mendo Castro, *Salamanca 1812*, Companheiros de Honra, Lisboa, Prefácio, Batalhas de Portugal, 2002
- LÓPEZ, Cor Juan Priego, *Guerra de la Independencia*, volumen 2,3 e 5, Madrid, Libreria Editorial San Martin, 1981
- MARQUES, Fernando Pereira, *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999
- MARTINS, Ferreira, *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1945
- MEDINA, João, *História de Portugal*, Amadora, Clube Internacional do Livro, 1995
- MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998



OMAN, Sir Charles, *Wellington's Army, 1809 – 1814*, Londres, Napoleon Library, Greenhill Books, Stackpole Books, Pennsylvania, 1913

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1931

SORIANO, Luz, 1802-1891-*História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo a História Diplomática Militar e Política D'este Reino desde 1777 até 1834*. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1866-1890. - 19 v.

VIEIRA, Belchior, *Recrutamento e Mobilização Militares* (textos de apoio), Lisboa, Universidade Lusíada, 1999

VICENTE, António Pedro, *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*, Lisboa. Comissão Portuguesa de História Militar, 2000